



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE PESSOAS TRANS E O SERVIÇO SOCIAL: SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO REALIZADO POR UMA EQUIPE DE ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA ELABORAÇÃO DE UMA LINHA DO TEMPO.

MARCIA CRISTINA BRASIL SANTOS¹

GUIHERME SILVA DE ALMEIDA²

TAMIRES MARINHO CALDAS³

CAROL GONÇALVES SANTOS DE BRITO⁴

LUCAS DA COSTA BRANDÃO⁵

RESUMO:

Trata-se da sistematização do trabalho do serviço social no processo transexualizador, a partir de uma experiência concreta de atuação de uma equipe de no Rio de Janeiro. Buscou-se analisar a trajetória do trabalho realizado utilizando-se como recurso a “Linha do Tempo”, onde se refletiu sobre a interlocução da política de saúde com o trabalho institucional e a atuação do Serviço Social.

Palavras-chave: Trabalho profissional do Serviço social no Processo Transexualizador. Serviço social e transexualidade; Trabalho interdisciplinar na saúde.

RESUMEN:

Es la sistematización del trabajo del trabajo social en el proceso de transexualización, a partir de una experiencia concreta del trabajo de un equipo en Río de Janeiro. Se buscó analizar la trayectoria del trabajo realizado utilizando como recurso la "Línea del Tiempo", donde se reflexionó sobre la interlocución de la política de salud con el trabajo institucional y el desempeño del Trabajo Social

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

⁴ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

⁵ Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro

Palabras clave: Labor profesional de servicios sociales en el Proceso de Transexualización; Trabajo social y transexualidad; Trabajo interdisciplinario en salud.

INTRODUÇÃO

A assistência à saúde das pessoas trans no Brasil é um fenômeno relativamente recente no escopo da política de saúde, pois embora elas sempre tenham buscado seu direito à saúde, especialmente após a constituição do SUS, sempre houve barreiras político-institucionais e culturais impeditivas de seu pleno reconhecimento.

O surgimento da epidemia de HIV/aids nos anos de 1980 trouxe com ela a necessidade de um enfrentamento da epidemia que considerasse também o tema da diversidade sexual e de gênero. Concomitantemente o movimento de travestis e transexuais foi ao longo da década seguinte se fortalecendo e reclamando/construindo um modelo assistencial que ultrapassasse a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e incorporasse o conceito ampliado de saúde subjacente ao SUS.

Desse reclame resultou uma maior proximidade de lideranças travestis e trans da política de saúde e uma crescente pressão por atendimento a uma demanda histórica de grande parte deste público: a necessidade de modificações corporais que possibilitassem um maior conforto às pessoas no que tange as suas identidades de gênero. Embora as pessoas trans (travestis e transexuais) sempre tenham buscado recursos para realizar estas modificações, o que mudou principalmente a partir dos anos 2000 foi a vocalização destas modificações como um aspecto do direito à saúde a ser conquistado através do SUS.

Vale registrar que, embora muitas pessoas trans procurassem e ainda procurem as instituições de saúde em busca de modificações corporais como a hormonioterapia, as cirurgias ditas complementares e as cirurgias de transgenitalização, suas demandas frequentemente extrapolam a requisição de procedimentos biomédicos, desdobrando-se em uma série de aspectos da vida, tais como o reconhecimento jurídico da identidade, as relações de trabalho, as relações familiares e comunitárias, a segurança alimentar, o direito à moradia, entre outros.

Desta forma, consolidou-se ao longo da intervenção realizada por esta equipe, o compartilhamento de uma compreensão ampliada tanto do modelo assistencial que deva ser dispensado às pessoas trans que necessitam de modificações corporais, quanto do trabalho profissional a ser desenvolvido, de forma necessariamente transdisciplinar e intersetorial.

A partir de tal concepção, considera-se que a atuação de assistentes sociais tem um significado estratégico e salutar, a fim de contribuir para o acesso desta população usuária a variados direitos de cidadania, mitigando uma dívida histórica do Estado brasileiro com esta população.

Optou-se nesse trabalho em subdividir o presente texto em três momentos. O primeiro deles dedicado a apresentar panoramicamente a trajetória da assistência em saúde às pessoas trans no Brasil e como o serviço social se inseriu nesse processo. Um segundo momento, foi dedicado a reconstituir, por meio do recurso pedagógico “linha do Tempo”, a trajetória histórica da população trans na política pública de saúde brasileira e o terceiro focado em apontar a organização e sistematização do trabalho realizado por uma equipe de assistentes sociais que atuam no Processo Transexualizador no Rio de Janeiro.

I. A assistência à saúde de pessoas trans no Brasil e a progressiva inserção do Serviço Social no modelo assistencial

A Assistência à Saúde das pessoas *trans* no Brasil teve início em 1997, com a Resolução Nº 1.482/97 do Conselho Federal de Medicina, cujo foco era as cirurgias de transgenitalização e demais procedimentos cirúrgicos complementares. Somente 11 anos depois, o Ministério da Saúde instituiu o Processo Transexualizador no SUS, buscando ofertar um cuidado especializado a esse público, mas ainda focado em intervenções corporais e restritas a apenas quatro (04) Hospitais Universitários.

Em 2013 houve uma revisão dessa Resolução e a instituição de outro marco normativo, a Portaria Nº 2.803/13, que visava ampliar a assistência a partir de uma perspectiva integral e mais condizente com os parâmetros, princípios e diretrizes do SUS, induzindo os Estados a se responsabilizarem pelo cuidado integral de saúde das pessoas *trans*, tendo como norte a Política Nacional Integral de Saúde LGBT, de 2011.

Ainda que tenha havido esforços de estruturar uma linha de cuidados em saúde para esse público, a população *trans* continua sofrendo inúmeras iniquidades e violações de direitos básicos, incluindo a oferta e o acesso consistente à assistência especializada, tecnicamente preparada e livre de preconceitos e violências institucionais.

Certamente reconhecemos os recentes esforços realizados pelo Ministério da Saúde com a instituição de um Grupo de Trabalho (GT), do qual o serviço social faz parte, para a nova revisão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do Processo Transexualizador e para a criação de uma Política Pública, de Estado, que se volte para as amplas necessidades desse público, todavia, a fragilidade e a precariedade que ainda estão subjacentes na Assistência à Saúde das pessoas *trans* no Brasil permanecem sendo as características mais marcantes quando se analisa essa assistência.

Registra-se aqui que o Serviço Social compõe as equipes de saúde do processo transexualizador desde a institucionalização da assistência em 2008, tendo sido demandado pelo Estado como uma das especialidades profissionais obrigatórias na prestação do cuidado às pessoas trans. Destaca-se também que a natureza, os objetivos e a funcionalidade desses profissionais no bojo do processo transexualizador não foram debatidas e planejadas com as entidades organizativas da categoria, nem mesmo nas primeiras discussões em que o Ministério da saúde, a partir do protagonismo médico, planejou essa assistência, nem mesmo nas discussões subseqüentes relacionadas a estruturação do processo Transexualizador no Brasil¹.

Desde a criação desse programa, o serviço social tem atuado tanto na gestão quanto na prestação da assistência direta aos usuários nas mais diversas realidades institucionais dos espaços credenciados para a prestação desse cuidado em saúde. Todavia, destaca-se que o amadurecimento da presença desse profissional na assistência direta às pessoas trans nos serviços, na luta pela garantia de seus direitos sociais e humanos e na gestão da Política foi se dando, paulatinamente, por meio da presença dos profissionais de serviço social que estavam em campo, ainda de forma isolada e sem uma articulação orgânica significativa da profissão enquanto categoria, o que vai começar a tomar forma a partir de 2015, com a realização do Seminário Nacional “serviço Social e Diversidade Trans.

Esse evento foi realizado em conjunto com o CRESS-SP, a partir de uma deliberação do 43º Encontro Nacional CFESS-CRESS, em função da necessidade de ampliar o debate junto aos assistentes sociais, acumulando conteúdo político e teórico relacionado à transexualidade, à identidade de gênero, bem como aos direitos das pessoas trans, reafirmando a posição contrária a todas as formas de preconceitos e estigmatizarão.

Sustenta-se aqui que o processo de discussões sistematizados pela categoria e expressas nesse seminário representou uma virada de chave no que tange a forma como o serviço social apreendeu esse debate e que posteriormente alimentou as reflexões no interior da profissão notadamente por meio do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades da ABEPPS, que desde de dezembro de 2014, por ocasião do XIV ENPESS (realizado em Natal-RN) já vinha aprofundando discussões dessa natureza².

Ao refletir sobre a Sistematização do trabalho realizado por uma equipe de assistentes sociais no Rio de Janeiro a partir da elaboração de uma Linha do Tempo, foi possível articular complexos e concomitantes processos políticos dentro e fora da categoria profissional, que podem ser úteis para analisar o papel do serviço social tanto na política mais geral quanto no âmbito das particularidades e singularidades expressas no trabalho cotidiano.

Particularidades e singularidades que além de contemplar elementos universais portam a potencialidade de articular o trabalho assistencial imediato, as dinâmicas institucionais, a gestão do trabalho e tipo de assistência prestada bem como a organização política local e nacional num contexto marcado por dinâmicas e disputas teórico-políticas, econômicas, ideológicas mais ampliadas.

II. Análise da trajetória da atenção a saúde das pessoas trans no Brasil por meio do Recurso “Linha do tempo”.

Ao optar pelo recurso “linha do tempo” entendemos que essa forma de ilustração pode ser um instrumento útil para nos auxiliar a compreender os processos históricos de maneira mais panorâmica, permitindo um olhar mais elucidativo dos fatos passados para uma melhor compreensão do presente e planejamento de ações e estratégias futuras.

Uma linha do tempo é uma representação gráfica que mostra uma seqüência de eventos em ordem cronológica. Ela serve como uma ferramenta que nos ajuda a visualizar e entender como diferentes eventos e períodos se relacionam entre si no decorrer do fluxo do tempo. Ao colocar marcos históricos em perspectiva, as linhas do tempo facilitam a compreensão mais ampliada e aprofundada dos mais diversos processos, a relação entre suas determinações e desdobramentos, além de destacar os momentos de mudança significativa que moldaram nossa trajetória no mundo.

Assim, as linhas do tempo proporcionam uma maneira de perceber a história como um processo contínuo, permitindo que identifiquemos as tendências que levaram à formação do presente em contraponto às perspectivas parciais, segmentadas que favorecem o entendimento limitado do processo histórico.

Ao voltar o olhar para o conjunto de eventos que entrelaçam, no processo histórico mais recente, 1. o Início da assistência à saúde de pessoas trans no Brasil; 2. a institucionalização do processo transexualizador no SUS; 3. a inserção do serviço social na assistência direta e na

gestão da política e 4. o trabalho realizado por essa especialidade profissional em um unidade de saúde no Estado do Rio de Janeiro, é possível perceber a importância desse recurso didático para auxiliar na compreensão e análise desse processo, buscando fugir de reducionismos e percepções encapsuladas.

A ilustração disposta abaixo tem o objetivo de apresentar alguns aspectos desse entrelaçamento de eventos envolvendo a assistência à saúde de pessoas trans sob a perspectiva de uma equipe de assistentes sociais que, ao mesmo tempo em que se insere na assistência direta à população usuária, também está envolvida com a condução da política e com todos os desdobramentos daí decorrentes, seja no âmbito da realidade institucional local a partir da estruturação, organização e gestão do trabalho, seja colaborando com o delineamento e direcionamento da política nas instâncias administrativas do estado nos níveis municipais estaduais e federal.

Nesta direção, destaca-se também a forma como o Serviço Social, enquanto sujeito orgânico, passa a se inserir nessa cadeia de eventos e, paulatinamente, vai engendrando balizas teórico-metodológicas e éticas-políticas para a inserção da categoria nesse debate e na elaboração de diretrizes de atuação profissional de assistentes sociais no processo transexualizador.

Os marcos temporais e os eventos destacados na linha do tempo aqui ilustrada se constituem como uma forma de olhar e analisar os processos políticos partir de um determinado lugar e ponto de vista, não se configurando como uma verdade inquestionável. Certamente, haverá outras possibilidades e formas de considerar o mesmo fenômeno.

Buscou-se privilegiar nesta apresentação o panorama mais global do engendramento e encadeamentos dos eventos elencados para o posterior enfoque de como o Serviço Social de uma unidade de saúde credenciada para assistência no âmbito do processo transexualizador, estruturou suas ações.

Dessa forma, não se trata aqui de uma análise minuciosa e aprofundada de todo o processo de constituição da política e dentre ela, o lugar do serviço social, mas de traçar um panorama mais geral e dentre ele, apresentar como a categoria se insere nesse contexto, bem como sumariamente apresentar a organização do trabalho de uma equipe de profissionais, conforme se poderá visualizar a seguir:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

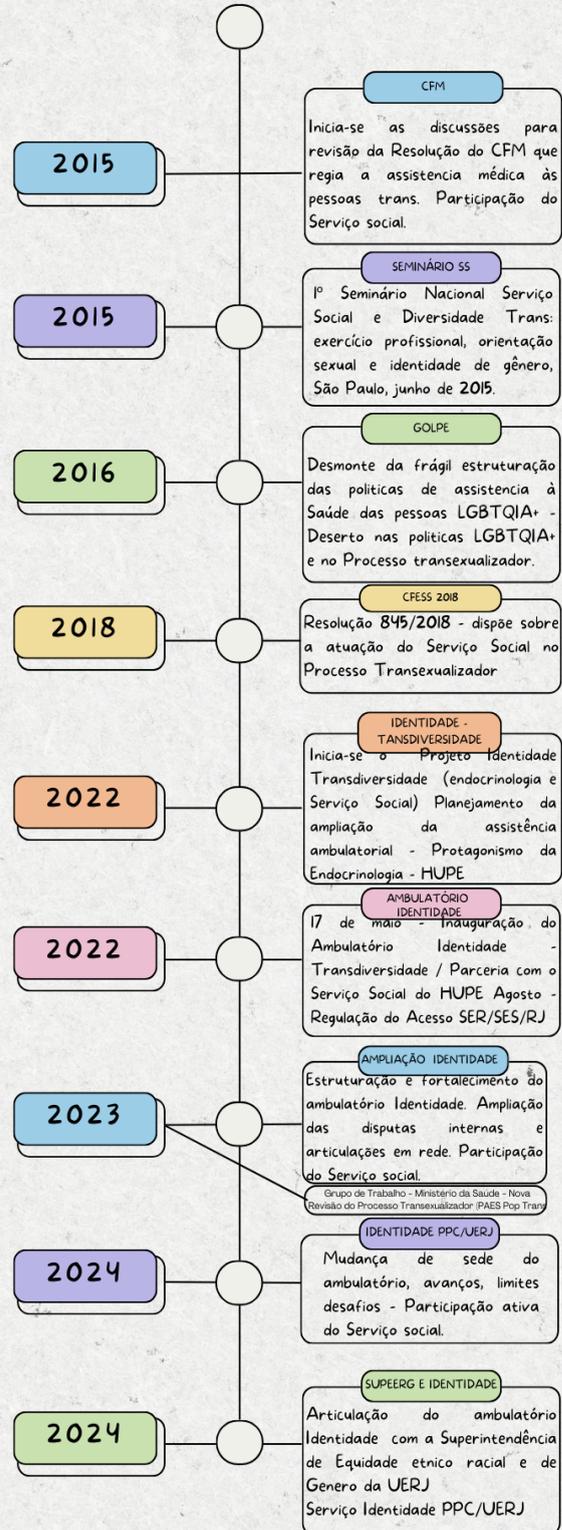
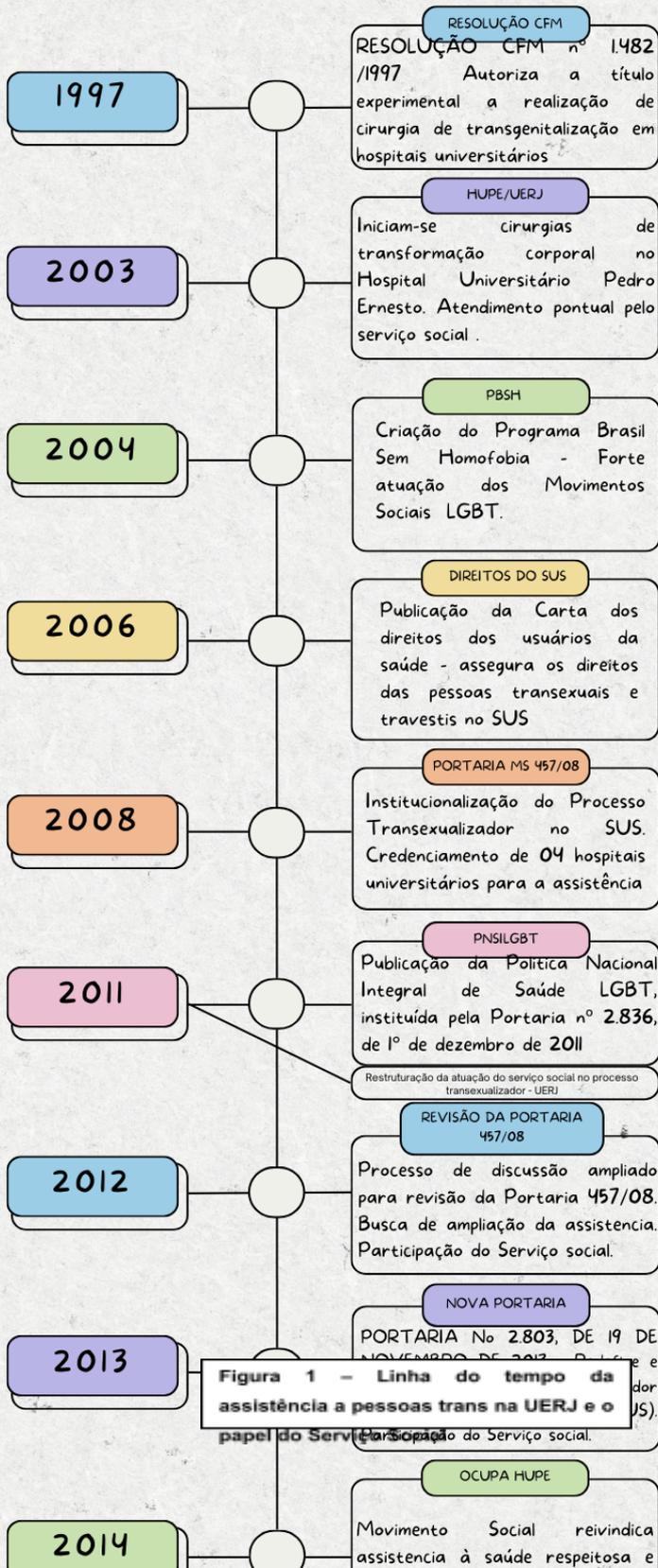


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

Relações de classe e raça-etnia: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social

ASSISTENCIA A SAÚDE DE PESSOAS TRANS NA UERJ E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

Alguns marcadores temporais



I. Sistematização do trabalho realizado por uma equipe de assistentes sociais no Rio de Janeiro

Dos eventos elencados acima, destacam-se alguns marcadores que servirão de balizas para conduzir nossa análise, onde buscaremos lançar luz sobre alguns dos aspectos que entrelaçam a atuação profissional e a trajetória da assistência às pessoas trans no SUS. Assim, demarcamos nesta linha do tempo o ano de 2003, quando se dá o início do acesso das pessoas trans aos procedimentos cirúrgicos de transformações corporais no Hospital Universitário da UERJ. É importante lembrar que até 1997, esse tipo de atendimento ocorria de forma clandestina, tendo se tornado legal somente após a Resolução CFM nº.1482, publicada naquele ano.

O processo transexualizador só se efetivará como uma realidade concreta cerca de uma década depois, quando a Portaria MS nº457 de 2008 torna a assistência às pessoas trans uma ação de estado ao credenciar 04 hospitais universitários nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás para a prestação da assistência especializada a esse público. O HUPE/UERJ, no Rio de Janeiro, que já realizava os procedimentos cirúrgicos em pessoas trans desde 2003, por meio da especialidade da urologia reconstrutora, foi uma das instituições habilitadas para esse fim.

A atuação do serviço social voltada ao público trans nessa unidade de saúde começou a ocorrer em 2003, portanto antes da institucionalização da assistência no SUS e foi se dando, naqueles primeiros anos, de maneira casuística, por demanda espontânea e sem uma sistematização ou planejamento específico. O volume do atendimento era baixo porque igualmente a demanda das pessoas por atendimento antes da institucionalização da política era esporádica, dado que havia muito desconhecimento sobre a existência desse tipo de procedimento assistência no HUPE/UERJ.

Tal situação só irá sofrer modificações entre 2010 e 2011, quando aconteceu a reorganização institucional da atuação do Serviço Social, expressa, sobretudo, a partir de um processo de assessoria do professor e pesquisador da temática de gênero e sexualidade, Guilherme Almeida, à época vinculado a Faculdade de Serviço Social da UERJ, a convite de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Elizabeth da Luz Marques, uma das assistentes sociais vinculadas ao HUPE, Tal assessoria ocorreu regularmente entre 2010 e 2015, convertendo-se posteriormente em consultoria e finalmente em parceria eventual. Entre os principais resultados desta assessoria, podemos elencar: a sensibilização da equipe de assistentes sociais para a temática e ampliação da qualificação teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa para o atendimento à população trans, o planejamento e a sistematização de dados acerca da população usuária e das ações profissionais desenvolvidas, a formação de aproximadamente 20 estagiários/as e residentes, a produção de reflexões conjuntas, estudos e pesquisas, o *advocacy* da população trans junto a várias instâncias da política de saúde e outras instituições, entre outras. Além disso, por um certo período tal assessoria foi também um projeto de extensão que recebeu recursos financeiros da FAPERJ que permitiram que a equipe de Serviço Social imediatamente envolvida no processo transexualizador obtivesse mobiliário adequado e equipamentos eletrônicos que favoreceram a obtenção de uma sala exclusiva de atendimentos à população, o que até então não existia.

As características mais marcantes da assistência ofertada naquele momento eram a centralidade cirúrgica, a verticalidade do poder médico, e o escanteamento dos/as demais profissionais, dentre eles o Serviço Social, que à época contava com apenas uma profissional para atender todos os ambulatórios de todas as especialidades médicas do hospital, e uma segunda profissional para a realização de todo o atendimento nas enfermarias da urologia, que contava com quase 30 leitos e com um amplo e variado volume de procedimentos cirúrgicos realizados pelas muitas sub especialidades da área.

Em 2012, sob condução do Ministério da Saúde (e pressão dos movimentos sociais, profissionais, pesquisadores/as e judicialização), se iniciou um processo de revisão da Portaria MS nº 457/08 no qual o Serviço Social esteve presente em Brasília, por meio de alguns sujeitos profissionais, mas não ainda como representação de qualquer entidade da categoria, com o objetivo técnico-profissional de discutir o significado da ação técnico-profissional do Serviço Social tanto no desenho da política, quanto nas diretrizes do fazer profissional naquele processo.

No ano seguinte, em 2013, após acentuados tensionamentos entre os sujeitos que protagonizaram a discussão da política assistencial à saúde das pessoas trans, ocorreu a publicação da Portaria MS nº 2803/13, onde se percebeu alguns avanços na ampliação do modelo

assistencial, mas também muitos impasses, como a manutenção da patologização das identidades trans como pré-requisito ao acesso nos programas.

Paralelamente, nesse momento, quando se volta o olhar para a atuação do Serviço Social no programa do HUPE/UERJ, já se percebe outra configuração no trabalho realizado. A assessoria iniciada há alguns anos já havia rendido seus primeiros frutos e a forma de entendimento e organização da equipe para essa assistência eram outras: já havia um projeto profissional definido para as especificidades requeridas por aquele trabalho, havia uma ampliação da equipe por meio da inserção de residentes, estagiários/as e extensionistas, redundando numa maior expertise técnico-operativa e num maior reconhecimento institucional e, sobretudo, dos/as próprios/as usuários/as acerca da importância do trabalho realizado pelo Serviço Social no processo transexualizador.

Naquele período, a equipe se engajou em atividades envolvendo controle social e a articulação com o restante da rede assistencial, bem como em atividades de discussão com a própria categoria, o que resultou em discussões com o CRESS 7a Região e na aproximação com o CFESS (Gestão 2014-2017), do então presidente do Conselho, o professor Maurílio Castro de Matos (FSS/UERJ), apresentando parte das problemáticas enfrentadas no cotidiano profissional e que demandavam atenção das entidades organizativas da profissão.

No contexto institucional se mantinha o protagonismo da urologia enquanto especialidade cirúrgica a direcionar a forma como a assistência era conduzida. Além disso, havia um forte personalismo e centralidade médica das decisões do programa em detrimento de outros/as profissionais. Isso se traduzia em baixa capacidade de escuta das demandas dos/as usuários/as do próprio programa e do movimento trans em franca ebulição naquele momento.

Por outro lado, a despeito do esforço direto da coordenação do programa, situações de transfobia, de desrespeito às identidades trans seguiam ocorrendo na rotina institucional, bem como se mantinha o descomprometimento da própria direção hospitalar, da UERJ e da gestão estadual do Rio de Janeiro com a forma como a assistência à saúde trans era prestada e com a ausência de planejamento da rede de assistência em nível estadual e de linhas de cuidados voltadas às necessidades específicas das pessoas trans. Nesse sentido, as questões envolvendo a assistência as pessoas trans eram entendidas como “um problema do HUPE/UERJ” e não como uma questão estrutural de Estado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Além das questões apontadas acima, um dos principais problemas era o gargalo do acesso, ferindo o princípio da universalidade da assistência à saúde, pois o número anual de vagas aberto era sempre ínfimo diante da amplitude da demanda, cada vez maior. O conjunto de problemáticas envolvendo a assistência prestada pelo HUPE/UERJ desencadeou uma série de insatisfações por parte da população usuária, que nem sempre percebia o que era responsabilidade local e o que era da gestão estadual, o que culminou num forte movimento político que se deu no início de 2014, na esteira do ciclo dos protestos mais amplos iniciados em junho de 2013 em todo o país, que afetaram ademais toda a cena pública brasileira posterior (BBC News Brasil, 2023). Tratou-se do Movimento Ocupa HUPE, no qual um grupo de usuários/as trans e aliados/as adentrou as dependências do HUPE exigindo melhorias no atendimento, notadamente no que se referia ao desrespeito ao nome social no prontuário hospitalar e aos cartões de identificação institucional. Esse movimento provocou a primeira reunião em 10 anos de assistência prestada pelo HUPE/UERJ, na medida em que exerceu a pressão política necessária para que os/as gestores/as do hospital e as equipes responsáveis pelo programa parassem para discutir as características do atendimento ofertado.

Foi nesse contexto que o Serviço Social foi alçado à coordenação ambulatorial da assistência às pessoas trans no HUPE, advindo daí um maior fortalecimento da equipe e um maior protagonismo nas diretrizes assistenciais, sobretudo no que se refere as articulações com a gestão de saúde estadual, federal, com os movimentos sociais e com as entidades de proteção e defesa de direitos como Defensoria Pública e Ministério público.

No que tange as entidades organizativas da categoria se percebe nesse período, uma ampliação dos seus olhares sobre essa questão. Ilustra esta tendência a publicação da Resolução CFESS nº. 615/2011, que dispôs sobre a inclusão e uso o nome social da assistente social travesti e de assistentes sociais transexuais nos documentos de identidade profissional. Também exemplifica esta tendência, a Campanha de divulgação promovida pelo CFESS em 2014 com o lançamento do cartaz “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito”, para divulgar a referida Resolução.

Em 2015 também observamos dois movimentos importantes envolvendo tanto a categoria médica quanto o Serviço Social. O primeiro deles foi o início das discussões em torno da criação de uma nova Resolução do CFM para dar as diretrizes para a assistência médica às pessoas trans, da qual o serviço social participou pela primeira à convite do próprio coordenador médico

do processo transexualizador do HUPE/UERJ, que solicitou ao CFM que houvesse a participação do Serviço Social naquelas discussões.

Aquele evento, por si só, já expressava uma mudança na compreensão acerca significado profissional do Serviço Social, para além de seu reconhecimento confinado à “execução terminal” de políticas públicas, resultante, possivelmente, da reconfiguração da atuação do Serviço Social, tanto dentro do HUPE/UERJ, quanto no campo da gestão política, articulações de rede e incidência dentro do Ministério da Saúde e outras instâncias.

O segundo movimento importante diz respeito a realização do Seminário “Serviço Social e diversidade Trans,” ocorrido em junho de 2015 na cidade de São Paulo (SP). Esse evento foi realizado em conjunto com o CRESS-SP, a partir da deliberação do 43º Encontro Nacional CFESS-CRESS, o que já demonstra o acúmulo e o esforço da categoria em discutir essa questão em âmbito nacional. O Seminário se propôs a conhecer as experiências de atendimento em curso por assistentes sociais de vários lugares do país e a ampliar assim o debate sobre o tema junto aos protagonistas assistentes sociais da base, acumulando conteúdo político e teórico relacionado à diversidade de gênero e aos direitos das pessoas trans.

Esse Seminário foi uma virada de chave na forma como o Serviço Social se inseriu nessa discussão em âmbito nacional, na medida em que a partir daí a sua presença no campo passou a ser na condição de entidade organizativa, manifestando clara oposição à patologização das identidades trans, voltando-se para as discussões relacionadas às pessoas trans e ao trabalho do Serviço Social e construindo diretrizes para a atuação profissional, por meio da publicação em 2018 da Resolução CFESS nº. 845/18, na qual a entidade aponta as diretrizes para a atuação de assistentes sociais no processo transexualizador.

Se percebe um esforço da categoria em balizar a atuação profissional nesse campo, bem como em subsidiar as discussões teórico-políticas por meio do adensamento das discussões no GTP da ABEPSS. Da mesma forma o fez pelas produções normativas e de materiais educativos dirigidos à categoria sobre o tema, como por exemplo, o Caderno da série “Assistente Social no combate ao preconceito”, especificamente sobre transfobia lançado no conjunto da lançado em 2016 e disponibilizado via página eletrônica, bem como lançamento em 2019, do *folder* “Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS”, um documento didático e explicativo para subsidiar o atendimento respeitoso das pessoas trans nos Conselhos Regionais e no Conselho Federal de Serviço Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entre os anos de 2016 e 2021 viveu-se tempos extremamente obscuros e assustadores representados pelo Golpe parlamentar que depôs a presidente Dilma Rouseff da presidência do Brasil e a conseqüente assunção da extrema direita ao comando do país, com todos os desdobramentos nefastos daí decorrentes. Além disso, a pandemia da COVID-19, representou um deserto para o campo da saúde LGBTQIA+ e aos direitos humanos de uma maneira geral.

Em 2022 ocorreu a reorganização da assistência prestada às pessoas trans no HUPE, a partir da iniciativa do serviço de endocrinologia, que após resistência de anos em atender a esse público, desenvolveu um projeto para ofertar assistência ambulatorial a usuários/as trans que buscavam atendimento. Essa idéia foi tomando corpo até que o novo ambulatório, denominado “Identidade-Transdiversidade” foi inaugurado em 17 de maio de 2022.

Essa iniciativa apesar das resistências internas se estruturou e se fortaleceu com o apoio e participação do Serviço Social que passou a protagonizar o trabalho coletivo, numa perspectiva interdisciplinar, dialogada, horizontal e que, paulatinamente, passou a dar direção da assistência e a modular a forma como o serviço ambulatorial tem se estruturado.

É importante destacar que ao longo de todos esses anos, houve a participação de residentes e estagiários/as que também foram protagonistas nesse movimento de luta por transformação da lógica assistencial. Atualmente, o ambulatório se desvinculou dos serviços médicos tendo se tornado um serviço estruturalmente autônomo, interdisciplinar, com regimento próprio e voltado para a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão de todas as especialidades da área da saúde e vinculado tanto a Pró Reitoria de Saúde da UERJ quanto à Superintendência de Equidade Étnico Racial e de Gênero da universidade, sendo atualmente gerida pelo Serviço Social.

Ao longo de toda essa experiência, a atuação do Serviço Social foi precedida pela construção de um projeto de atuação profissional e o trabalho foi organizado partindo do delineamento de algumas frentes de trabalho que foram privilegiadas, as quais apresentamos abaixo:

Organização do trabalho do serviço social do processo Trans – HUPE/UERJ	
Atuação sócio assistencial.	Entrevistas, visitas domiciliares, grupos, contatos inter e intra institucionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Coleta, sistematização e análise de dados	Pesquisa em prontuário, livros de registro, produção de perfil da população usuária
Atividades de Gestão Política	Articulação com Ministério da Saúde, Secretarias estaduais e Municipais de saúde, defensoria Pública, Ministério Público
Fortalecimento da atuação multiprofissional, construção de redes e articulação cotidiana das equipes.	Parcerias internas, criação e discussão de fluxos institucionais, reuniões entre as áreas multiprofissionais
Fortalecimentos das ações políticas da população usuária	Participação em marchas, plenárias e conselhos de usuários
Pesquisa e extensão	Desenvolvimento de projetos de estágios, iniciação científica e extensão
Formação de alunos de graduação, pós graduação e residência	Atividade de formação profissional na graduação e pós graduação, orientação de trabalhos de conclusão de curso, supervisões.
Produção teórica e atividades de capacitação	Elaboração de artigos, relatos de experiência, sistematização de estudos de caso, palestras e assessoria
Participação em eventos técnicos científicos e culturais	Participação de eventos como estratégia de fortalecimento e divulgação do trabalho realizado

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado pelo Serviço Social no campo da diversidade sexual e de gênero é uma experiência ainda recente e com poucas referências conhecidas, seja no campo das intervenções cotidianas nos espaços institucionais, seja no que toca o acúmulo de reflexões teórico-conceituais acerca da temática e sobre o trabalho profissional nesse campo. Assim, a sistematização que aqui se apresenta expressa um trabalho que tem sido conduzido por balizas ético políticas e teórico-metodológicas fundamentadas no projeto ético político que a profissão tem acumulando ao longo de sua trajetória sócio-histórica.

Desta maneira, defende-se aqui que, por mais que seja importante e necessário um aprofundamento teórico sobre as especificidades/singularidades relacionadas à temática da transgeneridade, os recursos teórico metodológicos e ético políticos inerentes à profissão Pós Reconceituação fornecem o embasamento mínimo requerido para a realização do trabalho profissional junto a população trans, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, sem que para isso seja necessário haver um “assistente social especializado em pessoas trans”.

O que se demanda a assistentes sociais que irão desenvolver seu trabalho seja no âmbito da diversidade sexual e de gênero, seja em qualquer outro espaço sócio-ocupacional atendendo aos mais diversos segmentos da população trabalhadora é que esses/as profissionais tenham, em seus processos formativos, apreendido de forma consistente o processo de formação social



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brasileira, o impacto do colonialismo e do eurocentrismo em nossa realidade sócio histórica e cultural. Além disso, é preciso que compreendam as relações étnico-raciais, a complexidade das relações de gênero, a misoginia, o sexismo, bem como compreendam o debate em torno das questões relacionadas à orientação sexual e às identidades ou expressões de gênero, conforme já balizado pelas entidades organizativas da categoria ao longo dos últimos anos (ABEPSS, conjunto CFESS-CRESS e ENESSO).

A organização da atuação do Serviço Social junto ao processo transexualizador desenvolvido no Hospital Universitário da UERJ não se deu sem angústias e incertezas, notadamente por ser um espaço de formação profissional com a inserção de residentes, estagiários/as e extensionistas do Serviço Social e das demais especialidades do trabalho. Todavia, sistematizar as ações que são desenvolvidas no cotidiano profissional foi valioso, na medida em que contribuiu para o direcionamento, planejamento e avaliação contínua do trabalho em curso, bem como o “ajuste de rota” quando necessário.

As balizas para a condução desse trabalho desafiador e desconhecido desde a sua origem naquele espaço institucional, foram e são, inegavelmente, os fundamentos críticos da tradição marxista. Foram as categorias teóricas da teoria social de Marx e da tradição marxista que nos possibilitaram interpretar os modos de viver e de pensar dos sujeitos sociais com os quais trabalhamos “lidos” e compreendidos na sua condição de indivíduo e a partir de seus pertencimentos de classe social, de gênero, raça/ etnia e orientação sexual.

V – REFERÊNCIAS

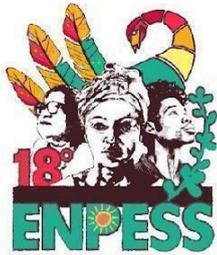
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 457 de 19 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Seção 1, p. 69. Aprova a regulamentação do processo transexualizador no âmbito do SUS.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 1.820 de 2009**. Dispõe sobre os Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde. Brasília, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.803 de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. [Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011](#). Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, 2011.

BRASIL. **Resolução n. 1.482 de 10 de setembro de 1997**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo no Brasil. Conselho Federal de Medicina, Brasília, DF, 10 de setembro de 1997. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, nº 2, Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Sau_de.pdf

GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SCHREIBER, Mariana. "Dez anos de junho de 2013: os efeitos dos protestos que abalaram o Brasil". **BBC News Brasil**. 07 junho de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv281p5znrjo>. Acesso em 20 de julho de 2024.